

## **MOVIMENTO INDÍGENA NO BRASIL: MILITÂNCIA, EDUCAÇÃO E O CAMINHO PARA A PRESERVAÇÃO CULTURAL**

Guilherme Luiz Pereira Costa; Ana Maria Morais Costa.

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – [guilhermelpcosta15@gmail.com](mailto:guilhermelpcosta15@gmail.com);  
[ana.morais10@hotmail.com](mailto:ana.morais10@hotmail.com).*

**RESUMO:** Acreditamos ser de suma relevância reconhecer a figura do índio na construção da identidade do nosso país. Se comparado com os números de indivíduos durante a colonização, atualmente, contamos com a presença de poucos indígenas no território brasileiro. Nos anos 70, inicia-se uma nova fase na história dos povos colonizados no Brasil. Assim como quilombolas e descendentes dos povos africanos, os indígenas aparecem no cenário político, contrariando a ideia de extinção e rompendo com a invisibilidade historicamente construída em processos cumulativos de inferioridade simbólica. Os dados obtidos para o desenvolvimento da pesquisa foram obtidos a partir de estudos concluídos sobre a relação do Movimento Indígena com a educação. Além do levantamento bibliográfico, utilizamos de relatório de aula de campo à comunidade do Catu dos Eleotérios. Única comunidade indígena do Rio Grande do Norte que conta com uma escola indígena. O protagonismo dos povos indígenas qualifica os sujeitos envolvidos como capazes de romper com as condições impostas até então. A comunicação entre os povos era dificultosa, já que existia uma vasta variedade de línguas desses povos e o português não era falado por todos. Conhecer as leis, a ciência e os códigos do homem branco é posicionar politicamente em oposição ao estado de tutela que foram submetidos. Assim, o Movimento Indígena contribuiu significativamente para o entendimento, organização e compartilhamento de problemas e soluções. A busca por um futuro melhor guia a esperança de transformar a escolarização em um forte aliado, se opondo ao modelo integracionista de catequese e civilização dos indígenas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento Indígena; Educação; Catu dos Eleotérios; Protagonismo;

### **INTRODUÇÃO**

Acreditamos ser de suma relevância reconhecer a figura do índio na construção da identidade do nosso país. Se comparado com os números de indivíduos durante a colonização, atualmente, contamos com a presença de poucos indígenas no território brasileiro. Estima-se que, quando os portugueses chegaram no Brasil, encontraram uma população aproximadamente de 6 milhões de pessoas. Pessoas essas que foram chamadas, por equívoco, de índios. Vale ressaltar que os povos indígenas exercem um papel primordial em meio à sociedade que aqui se construiu e continuam influenciaram grandemente em nossa cultura.

Devido à falta de compreensão e respeito pelo modo de organização social e econômico indígena por parte do “homem branco”, esses povos estão perdendo não somente aspectos culturais. Existe uma luta diária contra a expansão de atividades agrícolas e de exploração de territórios ocupados pelos índios. Por isso, torna-se interessante discutir o processo de afirmação e mobilização indigenista como forma de resistir às investidas integracionistas.

A própria educação diferenciada oferecida aos povos indígenas, é resultado de uma série de lutas e reivindicações tanto de índios como de estudiosos (antropólogos, historiadores e outros cientistas sociais) e de grupos religiosos que reconhecem a causa e se interessam pela questão. Assim, podemos entender que, mesmo em meio ao descaso, os povos indígenas contam com o apoio daqueles que reconhecem a importância da diversidade.

Como forma de resistir, as comunidades indígenas elencam diversos fatores que buscam manter ou modificar o processo de identidade das mesmas: existem entidades que os apoiam e impulsionam a militância em movimentos de luta e resistência e as próprias localidades, onde os índios estão presentes, tentam (por meio da educação) enfrentar obstáculos encontrados para a manutenção dos costumes.

Nos anos 70, inicia-se uma nova fase na história dos povos colonizados no Brasil. Assim como quilombolas e descendentes dos povos africanos, os indígenas começam a aparecer dentro do cenário político, contrariando a ideia de extinção. A Constituição Federal de 1988 é considerada como a passagem da ideia de integração para o reconhecimento da diferença e de direitos. Pela primeira vez, os indígenas tiveram mais do que o direito de existir. Agora, após a promulgação da constituição de 1988, os indígenas conseguem o direito de “ser índio”.

Era deixada de lado a ideia de “incapaz” e de dependência do Estado que cercava o índio brasileiro. A Constituição dava “a possibilidade de os distintos grupos étnicos que coabitam o território brasileiro, cultivarem na escola suas línguas maternas, suas culturas, em diálogo intercultural com os conteúdos da tradição moderna, que constituem a escola comum no Brasil” (CAMPOS, 2003, p. 02).

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica a respeito do Movimento Indígena no Brasil, focando basicamente nas demandas por educação e pelo direito de existir. Entendo ser necessário percorrer o caminho de lutas e ganhos daqueles que buscam sobreviver e salvar seus costumes. Pensando dessa forma, pretendemos refletir acerca da questão indígena e a mediação de uma educação diferenciada como uma vitória desses povos no nosso país.

Este artigo é resultado de atividade pré-requisito para a conclusão da disciplina de Movimentos Sociais no curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no ano de 2017. Os dados obtidos para o desenvolvimento da pesquisa foram sistematizados a partir de estudos concluídos sobre a relação do Movimento Indígena

com a educação. Além do levantamento bibliográfico, utilizamos de relatório de aula<sup>1</sup> de campo à comunidade do Catu dos Eleotérios. Única comunidade indígena do Rio Grande do Norte que conta com uma escola indígena.

Por meio dos dados obtidos sobre os movimentos indigenistas, focando no Catu dos Eleotérios, no Rio Grande do Norte, procuramos discutir a importância da militância na conservação de uma cultura e para mudar uma conjuntura. De imediato, vale ressaltar também que qualquer tipo de conclusão sugerida quando se trata de educação [escolar] para indígenas pode ser uma armadilha epistemológica, isso porque não existe possibilidade de encerrar o assunto, uma vez que devemos considerar as especificidades de cada povo e importância da educação escolar para cada um deles.

Tentaremos unir o conhecimento já produzido e disponível sobre as mobilizações dos povos indígenas e educação indígena com a experiência de conhecer e observar uma das poucas comunidades indígenas potiguaras. Levando em consideração uma única visita ao Catu dos Eleotérios, não consideramos que este trabalho seja resultado de etnografia, uma vez que, durante a nossa presença no referido local, não atentamos para a observação ou descrição com maior objetividade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Bicalho (2010) parte da hipótese de que as Assembleias Indígenas como marco fundador do Movimento Indígena no Brasil. De 1974 a 1980, esses encontros teriam sido o primeiro acontecimento a mobilizar os povos indígenas. Além disso, eles puderam contar com ajuda de aliados para a organização das reuniões, por exemplo, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Era a oportunidade que cada povo tinha de compartilhar a sua história e conhecer a dos demais. Falavam de problemas enfrentados por eles e ao mesmo tempo buscavam possíveis soluções.

O Movimento Indígena, por meio das Assembleias Indígenas, trazia para o debate a diversidade, pois era responsável por reunir “povos de diferentes estados brasileiros para encontros que discutiam desde os problemas locais de cada aldeia até questões mais amplas e genéricas, como o reconhecimento da diversidade, posse de terras, insatisfação com a política tutelar e etc. (LOPES, 2014, p. 99).

A educação diferenciada está presente entre os ganhos garantidos pela Constituição de 1988. Entendemos que esse direito é extremamente necessário para assegurar a existência dos

---

<sup>1</sup> Aula da disciplina de Antropologia da Educação, também no curso de Ciências Sociais.

outros conquistados. Por exemplo, fica mais fácil questionar as ações do homem branco, uma vez que se pode compreender o português e conseguir acessar a legislação que assegura os direitos dos povos tradicionais. Vale pensar que sem a educação disposta no texto constituinte, essa compreensão não era fácil. Para a articulação do Movimento Indígena, essa dificuldade surgiu, já que tiveram que aprender o português, que “até então era inesperado para muitas comunidades, já que havia um distanciamento muito grande entre as aldeias e a escola tradicional.” (LOPES, 2014, p. 105).

O protagonismo dos povos indígenas qualifica os sujeitos envolvidos como capazes de romper com as condições impostas até então. Tratando-se das demandas por uma educação que reconheça as especificidades dos povos, podemos ainda esclarecer que a ideia de uma educação indígena não é fruto da Constituição, mas é pensada como uma nova forma de educar, pautada na autonomia e identidade étnica dos membros de cada comunidade.

Não se trata de um privilégio dado aos povos indígenas, mas fruto de organização, reivindicação. Para Campos

Não pode ser negligenciado, pela importância, que até justifica a repetição, de que tais direitos foram formulados através de uma dialética de conflitos e diálogo, de oposições e alianças, da qual participaram sujeitos sociais diversos, não se constituindo por um lado, resultado de ação isolada dos grupos indígenas nem por outro lado, as conquistas podem ser entendidas como dádivas do Estado brasileiro, nem fruto de boa vontade de eventuais ocupantes de cargos públicos, especialmente da área de educação, nacionais, estaduais ou locais. Este ponto parece capital, na medida em que ainda é bastante comum na cultura política brasileira o processo através do qual se reconvertem as conquistas sociais em benevolência dos governantes, e assim são amplamente entendidos. (CAMPOS, 2003, p. 06).

A escola indígena é espaço de ressignificação dos saberes que foram incorporados pelas classes e ideias dominantes. É consequência da vontade e necessidade de uma educação que atenta a quem precisa. Uma educação emancipadora que contribua na recuperação de identidades machucadas pela epistemologia da força e processos cumulativos de produção da inferioridade simbólica, conforme Germano:

[...] No tocante ao mundo Colonial, a ação da epistemologia da força, portanto silenciou ou exterminou experiências e saberes das populações não europeias, produzindo como testemunhou *Las Casas* (1984), tanto o genocídio, como o epistemicídio, a violência epistêmica, e por extensão, a injustiça cognitiva. Tal fato configura a produção da inferioridade também no campo do simbólico. (GERMANO, 2013, p. 01).

Portanto, a escola indígena se insere na luta mais ampla por reconhecimento social dos povos indígenas e por justiça cognitiva. Por outro lado, ainda existe um caminho longo a ser percorrido para que realmente haja uma educação/escola possível de abarcar as demandas.

As Assembleias consistiam na busca da superação do paternalismo “imposto” pelo Estado brasileiro aos povos indígenas, já que no nosso país o índio era (ainda é) tratado como ser quase invisível historicamente. Essa invisibilidade estava ancorada na ideia de extinção dos povos ou da assimilação total das etnias. Por meio das Assembleias, indígenas explicitavam o desejo de uma história recontada a partir da inclusão dos mesmos. Devemos concordar que “o acontecimento fundador deve ser pensado como um momento de ruptura e de conhecimento...” (BICALHO, 2010, p.95).

Esses encontros ocorridos na segunda metade do século XX trazem também a oportunidade do contato. Os povos indígenas conseguiram tratar de assuntos com a presença de outros povos também indígenas que, certamente, teria favorecido uma maior organização e disposição para resistir. Estavam em cena os medos, a esperança e vontade de conquistar. Tudo sendo discutido entre aqueles que realmente necessitam de um novo lugar na sociedade que se desenvolveu no Brasil.

Trata-se de reuniões indígenas que podem significar mais do que encontros de lideranças. As assembleias possibilitaram a conscientização e conhecimento do panorama da questão indígena em território brasileiro. Contudo, aqueles que participavam dos encontros eram encarregados de situar suas comunidades acerca dos assuntos discutidos. Existia a transmissão dos conhecimentos obtidos para quem não teve como participar. A participação era, por um lado, muito limitada, pois o caminho até os locais que aconteciam as reuniões era de difícil acesso para quem não tinha meios de transporte ou de pagar passagens para outros estados. Mas a locomoção não era o único empecilho para limitar os números de indivíduos que conseguiam manter presença.

A comunicação entre os povos era dificultosa, já que existia uma vasta variedade de línguas desses povos e o português não era falado por todos. Imaginemos como seria se locomover de um estado do Nordeste em direção ao Sul. Devemos notar que o período que estamos tratando não favorecia grandes possibilidades devido à Ditadura Militar e era de interesse do regime a integração dos povos indígenas. Dessa forma, os moradores nativos das terras não seria contratempo na aplicação das medidas de desenvolvimento e progresso do país.

Seria um erro acreditar que os povos indígenas estavam apenas “pedindo terras”. Mesmo tendo como foco a defesa, a demarcação de terras, as reivindicações dos indígenas foram em grande número:

Outras tantas são as reivindicações indígenas evidenciadas ao longo das falas: falta de remédios para doenças causadas principalmente pelo contato com os brancos, que traziam consigo várias doenças, diante das quais os índios não apresentavam resistência; falta de escolas e de professores nas aldeias; de enfermeiros; de máquinas para o trabalho com a terra; etc. Embora a luta pela terra fosse a principal reivindicação dos índios nesse momento, a consciência do direito à educação também aparecia em algumas falas, já reconhecendo inclusive a importância do estudo para o alargamento das suas atuações junto ao Estado e a Sociedade nacional. Esta percepção dá margem para o surgimento do protagonismo indígena na luta pelos seus direitos, e que na atualidade se tornou tão evidente. (BICALHO, 2010, p. 109).

A educação passa a ser uma reivindicação uma vez que é percebido entre os povos a necessidade de representação perante a sociedade não indígena. É urgente uma formação que possa situar o índio na defesa de seus direitos. O indígena que estuda está preocupado com o futuro. Apesar do reconhecimento dado à escola, ainda existe aqueles que ficam com um pé atrás quando se trata do ensinamento que é proporcionado. Isso porque:

[...]entre as múltiplas estratégias de inferiorização, postas em prática, uma das mais importantes, diz respeito, justamente, à imposição cultural, pois esta afeta diretamente a formação de sujeitos humanos. Um vasto repertório integra essa estratégia destrutiva, desde o epistemicídio e a missão até as indústrias culturais de massa do capitalismo global. A imposição cultural, portanto, constitui um dos lados da cadeia de produção da inferioridade. (GERMANO, 2013, p. 02).

Percebe-se assim, que para além do papel pedagógico inerente a função educativa, as escolas indígenas assumem também um papel político importante na luta do reconhecimento social na ressignificação de valores, reconstrução da identidade e superação da inferioridade simbólica.

Silva (2007) afirma que cada vez mais, no estado do Rio Grande do Norte, a autoafirmação enquanto indígenas tem acontecido nas zonas rurais, no século XXI. Essas ideias identitárias abrem espaço para a reflexão acerca do processo de luta, do avivamento do Movimento Indígena. Se pensarmos nas barreiras encontradas, principalmente no Nordeste brasileiro, entender-se enquanto pertencente a tal etnia e se afirmar como índio conta como uma forma de militar, de se posicionar a favor das mobilizações.

Soares, o cacique do Catu dos Eleotérios, fala com frustração a respeito da atual situação que as famílias da comunidade estão vivendo. Ele compara esse processo de avanço

do agronegócio com a vida de caranguejos na beira do rio: encurralados pela destruição da floresta, pelo avanço desenfreado da agricultura nas áreas demarcadas e pela interferência em sua cultura.

Silva já atentava para o papel e atuação política das lideranças dentro da comunidade:

As lideranças políticas do Catu, tanto em contextos privados quanto os públicos, enfatizavam, principalmente, a conjuntura conformada pela atuação das usinas e das agências ambientais no Catu, que tinha efeitos contíguos em suas vidas. A elucidação desse quadro permitiu compreender como os Eleotérios refletiam e organizavam suas demandas frente aos agenciamentos que lhes conduzia para uma ação política determinada, principalmente, pelo fator étnico. Para militância indigenista potiguar, a problemática do “reconhecimento” era ressaltada em maior proporção. (SILVA, 2007, p. 116).

Ademais, a destruição do ambiente em que vivem é apenas mais uma briga a ser enfrentada. O líder da comunidade frisa ainda que, até mesmo na hora de dar um nome aos seus recém-nascidos no cartório, a igreja católica interfere na escolha. Para o cacique, o muro aos arredores daquela instituição não representa limite nenhum. Aquela barreira construída pelas autoridades, que delimita o perímetro da escola, é apenas mais uma convenção do homem branco, pois a instituição é de qualquer um que mora no povoado ou queira aprender a partir dela.

Inicialmente a escola não era de educação indígena. Somente em 2008 houve essa sistematização. Os próprios indígenas não aceitaram a escola como ferramenta a serviço da cultura colonizadora que mudaria sua cultura. Os potiguaras se reuniram para encontrar medidas contra a instituição (pelo menos contra o ensino prestado por ela). Protestaram na rua da câmara municipal de Canguaretama exigindo a retratação. Mais uma vez, para comprovar a importância do apoio de terceiros que se sensibilizam com a causa, os catuzeiros contaram com ajuda de pesquisadores quando manifestavam nas ruas a indignação com o modelo da escola.

O objetivo da manifestação era realmente mostrar que eles reconhecem a necessidade de uma escola voltada para o ensino indígena. Portanto, eles queriam mostrar que a escola deveria ser diferente, mas não somente no papel:

Ao contrário dos períodos anteriores, em que o projeto educacional era da Igreja e do Estado, atualmente a escola indígena é, antes de tudo, um projeto dos índios. Não um projeto uniforme e consensual, mas que pode ser valorizado diferentemente por cada etnia e população indígena, tendo em comum apenas a certeza adquirida por eles de que, para melhor viver no Brasil, devem dominar alguns dos conhecimentos que embasam grande parte de nossas relações, especialmente as jurídicas. Assim, reivindicam sua alfabetização e aprendizado de matemática e geografia como parte

de um projeto maior de efetivação de sua cidadania: como repetem Educação escolar indígena: para uma discussão de cultura, criança e cidadania ativa exaustivamente, precisam aprender a ler documentos, mapas e contabilidades para melhor se situar e defender na sociedade nacional. (COHN, 2005, p. 487).

As relações estabelecidas com outras lideranças, as frequentes participações em eventos que visam pensar a temática, o apoio de pessoas não indígenas, a autoafirmação e a autodeterminação, são fatores que impulsionam a categoria e proporcionam uma real visibilidade. Por outro lado, mesmo essa movimentação étnico-política, o Movimento Indígena pode até ter ganhado força no Nordeste, mas não necessariamente no Rio Grande do Norte.

Silva (2007) notou que somente no final do século passado o debate acerca do assunto parece ter se desenvolvido em território potiguar. Porém, a discussão que surgia, apresentava-se de forma muito tímida e negativa. Tendo “Os Mártires de Cunhaú e Uruaçu” como principal foco. Ou seja, trata os confrontos religiosos entre a Igreja e os povos indígenas do estado.

O movimento indigenista, enquanto um movimento étnico, torna-se cada vez mais forte, desde a Constituição de 1988. Mesmo tendo pouca representatividade (participação de índios em sua formação) em instituições como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a luta contra os avanços e exploração de suas terras não teve fim. São mais de 500 anos de guerra declara, e ainda existe uma a ser feito:

Se a educação escolar voltada para os índios é antiga, secular, a discussão sobre sua adequação às realidades indígenas toma forma a partir da década de 1970, quando especialistas em diversas áreas, especialmente antropólogos, lingüistas e pedagogos, começam a assessorar na construção de projetos escolares alternativos em algumas escolas indígenas e os movimentos indígenas passam a reivindicar, mais amplamente, o reconhecimento de seus direitos, inclusive o de uma educação formal de qualidade. Essa mobilização crescente ganha respaldo jurídico na Constituição de 1988, ou mesmo já na Assembléia Constituinte, quando índios e seus aliados fazem passar artigos específicos e que regulamentam os direitos diferenciados dos índios. (COHN, 2005, p. 488).

É notável o papel desempenho pelos movimentos sociais por educação. Em um país como o Brasil, onde um “o caráter de excludência se expressava, no caso da educação, na persistência do analfabetismo, nas altas taxas de evasão e repetência, na baixa escolaridade da população brasileira, entre outros aspectos,” (CAMPOS, 2003, p. 12) o Movimento Indígena aparece como fenômeno legítimo de reconhecimento dos indígenas como protagonistas na (re)construção de suas identidades.



A busca por um futuro melhor guia a esperança de transformar a escolarização em um forte aliado, se opondo ao modelo integracionista de catequese e civilização dos indígenas. Como já foi dito, a escola era uma instituição estrangeira nas comunidades. A sua presença entre os índios era estabelecida pela tentativa de assimilar os povos tradicionais na sociedade brasileira. Agora, repensando as diferenças, pode-se visualizar novos caminhos, graças às conquistas obtidas pelo Movimento Indígena e aliados ao “construir uma política própria para a educação escolar que não negue as experiências históricas de resistência, reelaboração e afirmação social, política e cultural empreendidas pelas pedagogias tradicionais indígenas” (SILVA, 2000, p. 35). A articulação resultou em princípios para a projeção de uma educação para as diferenças.

## CONCLUSÃO

Ao longo da história, a educação foi usada contra os povos indígenas, uma vez que se incentivava o afastamento da cultura própria das comunidades indígenas. A inserção nos sistemas de ensino significa adentrar no cenário político, tomando consciência e se mobilizando contra medidas colonizadoras. Conhecer as leis, a ciência e os códigos do homem branco é posicionar politicamente em oposição ao estado de tutela que foram submetidos. Assim, o Movimento Indígena contribuiu significativamente para o entendimento, organização e compartilhamento de problemas e soluções.

Mesmo recebendo a denominação de Escola Indígena, essas instituições têm representado modelo único de aprendizagem. Não é difícil encontrar caso de escolas que, podem até está situada dentro de uma comunidade indígena, mas não se perpetua enquanto favorável à transmissão de conhecimentos específicos.

A Escola Indígena construída na Comunidade Indígena Catu dos Eleotérios em Canguaretama-RN conta com apenas uma década de denominação indígena resultado da conquista da comunidade. Com as reivindicações e o empenho para a criação e perpetuação de uma instituição escolar situada dentro da comunidade indígena, pode-se concluir que (a partir do momento que tentam utilizar um mecanismo historicamente colonizador) não existe uma tentativa de isolar os povos indígenas em um mundo paralelo, mas de fazer um espaço de troca, de interculturalidade. Assim, durante nossa visita à comunidade, o líder do Catu enfatizava que eles não estavam rejeitando aquilo que veio do homem branco. O que se discute é a necessidade de considerar e ensinar a cultura de seu povo. Evitando a assimilação definitiva.

Assim, a escola indígena surge como luta do movimento social indígena, resistência, incentivo ao respeito às comunidades étnicas e combate ao racismo. Se insere numa luta histórica dos povos indígenas, como um verdadeiro caminho de lutas. Pois, desde a chegada dos europeus aqui, os primeiros moradores do nosso país tornaram-se alvo de uma série de desafios. A escola se apresenta, portanto, como superação da invisibilidade, historicamente construída em diversos processos cumulativos de produção da inferioridade simbólica.

## REFERÊNCIAS

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. As ssembléias indígenas - o advento do movimento indígena no Brasil. **Opsis**, Catalão, v. 10, n. 1, p.91-114, 2010.

CAMPOS, Rogério Cunha. Pensando os movimentos indígenas como sujeitos socioculturais: a luta por educação. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 11, 2003, Campinas. **Anais...** Campinas: 2003. p. 1-20.

COHN, Clarice. Educação escolar indígena: para uma discussão de cultura, criança e cidadania ativa. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 2, n. 23, p.485-515, jul./dez. 2005.

GERMANO J.W. **O Clássico e o emergente: descolonização do conhecimento e epistemologias do sul**. In: Seminário Nacional de pesquisa em Enfermagem, 17, 2013 jun 3 – 5. Anais. Natal. Associação Brasileira de Enfermagem – seção Rio Grande do Norte, 2013.

LOPES, Danielle Bastos. O direito dos índios no Brasil: a trajetória dos grupos indígenas nas constituições do país. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 8, n.1, p. 83-108, jan/jun. 2014.

SILVA, Claudia Maria Moreira da. **Em busca da realidade, a experiência da etnicidade dos eleotério (Catu/RN)**. Natal: UFRN, 2007. 281 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SILVA, Rosa Helena Dias da. Escolas em movimento: trajetória de uma indígena de educação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 3, p.31-45, 2000.